

REQUERIMENTO Nº /2008

(Da Senhora Deputada **Angela Amin**)

*“Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para discutir as **soluções para o trânsito em nossas metrópoles**”*

Nos termos regimentais, requiro a realização de audiência pública para discutir **as soluções para o trânsito em nossas metrópoles.** ”

JUSTIFICATIVA

10% dos nossos municípios concentram metade da população brasileira e 2/3 da riqueza nacional. Mas o desejável crescimento econômico e social destas grandes cidades está comprometido pelo fenômeno do trânsito que ocupa hoje um papel central na preocupação de todos os cidadãos, que vêm cerceado, no seu dia-a-dia, o seu pleno direito de ir e vir.

Como consta do Projeto de Lei de Mobilidade - PL nº 1687/2007 - em tramitação nesta Casa “, os altos níveis de congestionamento, poluição ambiental e os acidentes de trânsito nas grandes cidades acarretam significativos custos para toda a sociedade. Pesquisas divulgadas em 1998 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, indicaram que em apenas dez capitais se perdeu mais de 240 milhões de horas de trabalho produtivo devido aos congestionamentos de trânsito, o que impacta negativamente na eficiência da economia e na competitividade daquelas cidades. Os engarrafamentos de veículos são também responsáveis pelo consumo excessivo de energia não-renovável e

pela emissão de poluentes no ar. Por sua vez, os custos dos acidentes de trânsito foram estimados em mais de R\$ 5 bilhões em 2002, apenas nas áreas urbanas”.

O modelo de desenvolvimento que privilegiou o transporte individual em detrimento do transporte público de qualidade está tornando nossas cidades insustentáveis. Segundo dados da Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP), aproximadamente 20% da população das grandes cidades, detentora dos meios motorizados privados de transporte (de automóveis, sobretudo), ocupa quase 80% das vias públicas.

O transporte coletivo, utilizado pela grande maioria da população urbana brasileira, vive um processo de declínio, seja em razão das altas tarifas, incompatíveis com os rendimentos dos cidadãos, seja pela má qualidade dos serviços prestados, principalmente nas periferias das cidades. Entre 1995 e 2003, o número de usuários de ônibus urbanos, caiu cerca de 40% nas principais cidades o que significa maior dificuldade de acesso da população de baixa renda ao trabalho, ao estudo e demais serviços que as cidades oferecem.

Devido aos congestionamentos crescentes, a ampliação do sistema viário acaba por drenar a maior parte dos recursos disponíveis, em detrimento do transporte coletivo. Pouco se tem investido para ampliar a pequena rede de transportes de massas como os metrô e trens urbanos ou estimular outros modos como o transporte hidroviário e ciclovias. Até a priorização do transporte coletivo por meio de faixas, corredores ou pistas exclusivas, para a redução de custos e o aumento da velocidade operacional dos veículos, geralmente, não é adotada.

Estes fatores, somados à fragilidade da gestão pública local e a mecanismos regulatórios obsoletos conduziram à atual situação de imobilidade urbana crescente das nossas cidades.

Ao mesmo tempo que nossas metrópoles batem dia a dia o triste recorde de engarrafamento, a indústria automobilística, bate recordes de produção e venda. De acordo com a ANFAVEA (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores), houve um crescimento de 13,9% na produção e de 27% nas vendas

em 2007, e foram produzidos 2.970.818 veículos. Novo recorde já foi batido nos dois primeiros meses de 2008, com a entrada de mais de meio milhão de novos veículos nas ruas das nossas cidades.

Face ao exposto entendemos que é necessário que esta Casa possa propor medidas e contribuir para reverter esta situação, ou seja, para garantir a mobilidade urbana, reduzir os custos e o tempo gastos nos deslocamentos nas cidades, combater o genocídio no trânsito, reduzir a poluição ambiental e melhorar a qualidade e estimular o uso do transporte coletivo pela população.

A realização da audiência pública vai permitir ouvir aqueles segmentos da sociedade que têm propostas concretas para solucionar o trânsito em nossas metrópoles. Sugiro que sejam convidadas e ouvidas, entre outras, as seguintes autoridades:

Sr. Alfredo Peres da Silva - Diretor-presidente do Denatran ou outro representante do Ministério das Cidades;

Sra. Nádia Someck - Diretora da Faculdade de Arquitetura Mackenzie – São Paulo

Sr. Eduardo Vasconcelos - especialista, consultor ANTP

Sr. Nazareno Affonso - Coordenação Nacional do Movimento pelo Transporte Público

Nestes termos, solicito aos nobres pares a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, de março de 2008.

Deputada **Angela Amin – PP/SC**